



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

2. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado em forma de relatório técnico tem por objetivo analisar a prestação de contas do governo do Estado relativa ao exercício de 2008 sob os aspectos contábil, orçamentário, financeiro e operacional, como determina a Constituição Federal no seu artigo 70, combinado com o artigo 71, inciso I.

Para isso, analisa a referida prestação de contas a partir dos demonstrativos contábeis apresentados no Balanço Geral do Estado (anexos da Lei 4.320/64, demonstrativos da lei orçamentária e suas alterações, relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade - Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal com os dados definitivos do exercício, e informações complementares)

Após adotar diferentes formatos, o relatório técnico, há alguns anos, estrutura-se em blocos segmentados a partir dos demonstrativos analisados. Tenciona-se demonstrar como ocorreu a gestão fiscal do exercício, abordando aspectos das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Por sua natureza especial, o trabalho estende suas análises de modo a permitir uma visão mais ampla da gestão estadual, em especial, nas áreas organização administrativa, educação, saúde, assistência social, publicidade e previdência.

Para contextualizar no cenário econômico nacional, o presente trabalho, a partir deste ano, foi introduzido um capítulo inicial onde são apresentados dados econômicos do Estado de Pernambuco (PIB, emprego e desemprego) em comparação aos obtidos pelo Brasil e pelos Estados do Nordeste.

No capítulo da gestão administrativa do Estado são comentadas as principais alterações de natureza institucional, bem como se aborda o novo modelo de gestão implantado pela atual administração e apresentam-se dados acerca da gestão de pessoas.

Por sua relevância e para ficar em sintonia com os trabalhos semelhantes de outros tribunais de contas, foi enfatizado o processo de delegação de serviços públicos. Neste capítulo estão analisados a publicização das atividades não exclusivas de Estado, por meio das entidades credenciadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e das Organizações Sociais – OS's e parcerias Público-Privadas. Estão descritos o relacionamento dessas entidades com a administração estadual, e as correspondentes ações de monitoramento e controle realizadas no âmbito dessas parcerias com o Poder Público.

No capítulo relativo à gestão orçamentária, foram analisados os instrumentos de planejamento e orçamentação e a compatibilidade entre eles, bem como as alterações sofridas pelo Orçamento Fiscal e de Investimentos. Quanto à execução dos orçamentos, foi analisado o balanço orçamentário, o comportamento das principais receitas que integram a arrecadação estadual, bem como as despesas mais relevantes e suas fontes de financiamento, segundo suas classificações, funcional e econômica. Excetuando-se as vinculações de recursos de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações de saúde, que são analisadas em capítulos específicos, o capítulo apresenta a verificação das demais vinculações de recursos de ordem legal e constitucional (recursos destinados ao combate à



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

seca, ciência e tecnologia, bem como as aplicações dos recursos da CIDE combustíveis e do FECEP). Por fim, foram demonstradas as transferências compulsórias e voluntárias feitas pelo Governo estadual aos seus municípios.

Quanto ao capítulo da gestão financeira, patrimonial e fiscal, analisou-se o comportamento do fluxo financeiro, incluída aí a movimentação extra-orçamentária dos recursos, os principais grupos de contas do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, bem como verificou-se o cumprimento dos requisitos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal por meio da análise dos seus Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal. Foi verificada a apuração do déficit/superávit financeiro do exercício e também a capacidade de pagamento do Estado, ante os recursos disponíveis, em relação às obrigações de curto prazo. A análise do comportamento da dívida ativa e da dívida consolidada do Estado, em especial da contratual, observou os limites de endividamento e de pagamento definidos pelo Senado, abordando ainda os principais fatores que influenciaram o estoque da dívida, sua natureza, e os principais credores.

Em relação à Saúde e à Educação, nos seus respectivos capítulos, foi verificado o cumprimento dos limites mínimos de aplicação da receita de impostos, estabelecidos pela Constituição Federal, trazendo-se, ainda, informações complementares de forma a permitir uma visão mais completa da gestão pública estadual nessas importantes áreas sociais. Como se sabe, esses segmentos têm importância crucial para a construção da cidadania, e se revelam importantes referenciais do grau de desenvolvimento de um povo.

Outra área social destacada no presente trabalho, em capítulo próprio, foi a Assistência Social. O capítulo apresenta um breve histórico desta área, o Sistema Único de Assistência Social – os tipos de gestão, os níveis de habilitação, e a proteção social, hierarquizada em básica e especial. Em seguida, a gestão da Assistência Social no Estado de Pernambuco e o Orçamento Estadual em 2008. Por fim, analisa a evolução da despesa com Assistência Social do Estado, no período de 2006 a 2008, enfocando a assistência à criança e adolescente, ao idosa e ao portador de deficiência.

O capítulo sobre Publicidade Governamental contempla os gastos com campanhas publicitárias, realizados pela Administração direta e indireta, verificando-se o cumprimento de limites legais.

Embora não esteja mais presente em capítulo específico, a busca pela transparência permeia todo o relatório, a fim de permitir um maior fortalecimento do controle social, elemento essencial e imprescindível no combate à corrupção, mediante o conhecimento de parte dos instrumentos disponíveis para o controle dos atos da gestão pública.

O último capítulo trata do Sistema de Previdência Estadual, onde são analisados, dentre outros aspectos, as principais alterações ocorridas na legislação previdenciária em 2008, o estágio de implantação do modelo previdenciário do Estado de Pernambuco e a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado.